

Tutorial sobre como **Favoritar** a BDS em seu navegador

Biblioteca Digital Saraiva





O objetivo desse tutorial é garantir que o usuário da **BDS salve o link correto de acesso a biblioteca** em seu computador:

https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/



Navegador

Google Chrome

O time da Saraiva Educação **recomenda** o navegador **Google Chrome** para a utilização da Biblioteca Digital Saraiva

Para facilitar o acesso a BDS, orientamos que os usuários salvem o link da biblioteca nos favoritos do navegador, seguindo o passo a passo a seguir:

1. Acesse a página inicial do Google Chrome



2. Clique na opção 🕴 (Personalizar e controlar o Google Chrome), destacada abaixo.



3. Em seguinda clique na opção "Favoritos".



4. Clique na opção "Gerenciador de favoritos".



5. Clique no ícone i, no canto direito superior da tela destacada abaixo.



5. Clique a opção "Adionar novo favorito", como na imagem abaixo.



5.Insira o nome da sua preferência e coloque o link abaixo no campo URL:

★ Favoritos ×	F	• - 0 ×
\leftrightarrow \rightarrow C \odot Chrome chrome	bookmarks	\$
Apps		📰 Lista de leitur
▼ Barra de favoritos		
		:
	Adicionar favorito	:
	Nome	:
	Biblioteca Digital Saraiva	:
	URL https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/	:
	Cancelar Salvar	

https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/

pela sua organização

Atenção: se você favoritar apenas clicando no ícone 🙀, você será redirecionado para a URL <u>incorreta da BDS</u>. Por isso, siga as instruções deste documento!

Saraiva SSO × +	0	- 0	Х
← → C	~ X		:
H Apps		🔝 Lista c	le leitura

https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/

< saraiva

O conhecimento abre caminho para a descoberta de novas possibilidades

Esqueci min	nha senha
Esqueci min	nha senha
ACESSAR	
	100
Novo por aqui? Criar conta	
itere per aquit onur ontu	

Acessar minha conta



Obrigado!



Tutorial de Acesso por Voucher

Biblioteca Digital

Saraiva

1. Acesse a nossa plataforma pela url https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/

Saraiva Loucação		
Acessar minha conta Email bds@saraivaeducacao.com.br Senta Senta Cessar Cessar Deve por aqui? Criar conta	View of the text of te	Email bds@saraivaeducacao.com.br Senha Caracterization of the senare

2. Na tela de login clique em **"Novo por aqui? Criar conta"**

3. Preencha os campos e clique em "Criar conta"

Criar uma conta	
ar uma conta	~

4. Você será redirecionado para a ativar seu voucher na plataforma



5. Insira o voucher de acesso no campo **"Insira o código de cupom"**

5. Pronto! Agora sua biblioteca foi ativada e você já poderá acessar os livros disponíveis!





*Caso não consiga ativar seu voucher, entre em contato com a administração da sua instituição ou com a equipe Saraiva.



Obrigado!

Tutorial Biblioteca Digital Saraiva (BDS)



Estante de livros – Modo Galeria

Na estante de livros, as obras são exibidas na ordem das versões mais recentes para as menos recentes. No modo galeria, é possível visualizar a capa, o título, a edição, o ano e o autor de cada obra.



Estante de livros – Modo Lista

No **modo lista,** também é possível visualizar a capa, o título, a edição, o ano e o autor de cada obra.





Estante de livros – Abertos recentemente

Na estante de livros, é possível visualizar os últimos 5 livros visitados pelo usuário.



Ferramenta de busca

A busca por títulos pode ser feita **navegando pelas páginas da estante de livros** ou utilizando a **barra de pesquisa**. Para uma pesquisa avançada, pesquise livros por **autor**, **título, assunto ou ISBN.**



>

Ferramenta de busca

Para realizar uma **pesquisa mais refinada**, utilize diferentes termos seguindo este padrão: "**Nome da Obra**, **Nome do Autor, 10 edição**", conforme exemplo ao lado:



Ferramenta de busca

Ao encontrar a obra que procura, há duas opções: "Ler livro" e "Detalhes".

saraiva ده	Q direito penal X	MC
	Exibindo 1-32 de 91 livros	
	Listado por: edições mais recentes Direito Penal 10ª edição 2021 André Estefam LER LIVRO DETALHES	
	Direito Penal 8ª edição 2021 André Estefam LER LIVRO DETALHES	



Opção "Detalhes"

A opção "**Detalhes**" oferece todas as informação detalhadas sobre a obra, como o título, a edição, o ano, o nome dos autores, o ISBN, as categorias e a sinopse. Além disso, é exibida a referência bibliográfica, de acordo com a norma ABNT e o botão "Copiar" para que seja incluída em trabalhos acadêmicos.

Para iniciar a leitura do livro, basta clicar na opção "Ler Livro".

Marcus Visidus Ries Gonçaives DIREITO PROCESSUAL CIVIL L2* edição | 2021 Autores: Vários autores Categorias: Direito Processual Civil / Tgp LER LIVRO LER LIVRO

Sinopse

Indicada para alunos de graduação e candidatos a concursos públicos, a Coleção Esquematizado® oferece uma obra completa de Direito Processual Civil, atualizada com doutrina, legislação e jurisprudência em sintonia com as grandes tendências da atualidade e na linha dos concursos públicos de todo o País.Um livro sistematizado com destaque nos assuntos importantes, além de esquemas gráficos e tabelas, tudo para tornar o aprendizado mais ágil e agradável. Ao final dos capítulos o leitor encontrará questões de concursos, especialmente selecionadas pelo autor, que ajudam a fixar o conteúdo. Essa obra oferece um estudo direcionado e diferenciado àqueles que almejam a aprovação nos concursos públicos.

Referência bibliográfica

a 🕞 COPIAR

GONÇALVES, M. V. R.; LENZA, P. Direito Processual Civil Esquematizado. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Ebook.

ISBN

Digital: 9786555590043

Todos os autores

Marcus Vinicius Rios Gonçalves, Pedro Lenza

Acesso ao leitor da BDS

Ao clicar na obra desejada, você será direcionado para a **tela do leitor**, onde poderá navegar pelas páginas do livro. A **barra lateral ao lado esquerdo** apresenta **ferramentas de apoio a leitura.**



Leitor – Notas e marcadores de texto

Como forma de apoio ao estudo e leitura, a área do leitor oferece as opções:

"Cor de destaque": permite a marcação de trechos da obra. Basta deslizar o mouse por cima do trecho como se estivesse sublinhando a linha e em seguida clicar na cor do destaque que desejar.

"Adicionar notas": possibilita escrever comentários relacionados aos trechos que você destacou.



Leitor – Copiar trechos dos livros

Como forma de apoiar a realização dos trabalhos, é possível selecionar trechos das obras e copiá-los. Para isso, selecione o trecho que deseja e clique na opção "**Copiar**".



Leitor – Copiar trechos dos livros

A cópia dos trechos do livro oferecem duas opções:

"Copiar o trecho selecionado": apenas o texto selecionado será copiado.

"Copiar a Citação direta na norma ABNT": o texto selecionado será copiado já com a citação no formato exigido pela ABNT.

< VOLTAR		
;== Menu	Copiar	o material
Q Buscar	Trecho selecionado recorrente a contra contr	io de que se vale o juiz para aplicar a
☐ Marcar página	processo por si só, mas meio de conseguir deter ver mais	erminado resultado: a prestação ile o juiz ninguém
⊤T Estilo	Citação direta norma ABNT	COPIAR alação ao
99 Referência	"O processo é o instrumento da jurisdição, o mei a lei ao caso concreto. Não é um fim em si, já qu processo por si só, mas meio de conseguir deter (GONÇALVES, 2021, p.92) ver mais	eio de que se vale o juiz para aplicar ue ninguém deseja a instauração do erminado resultado: a prestação á efetivo
	Limite de cópia deste livro	, levaram ↓ ito. Mas
		quando

Barra lateral do leitor - Menu

O menu lateral do leitor é composto por três seções: capítulos, notas e marcadores.



Capítulo III

Princípios do Direito de Família

Sumário: 3.1. Princípios aplicáveis ao direito de família. 3.1.1. Princípio da laicidade. 3.2. Princípio da dignidade da pessoa humana e família. 3.3. Princípio da solidariedade familiar. 3.4. Princípio da igualdade familiar e direito à diferença. 3.4.1. Direito das mulheres e (direito a) diferença entre os gêneros. 3.4.2. Emancipação progressiva da mulher no direito de família brasileiro. 3.5. Princípio da liberdade familiar. 3.6. Princípio da responsabilidade familiar. 3.7. Princípio da afetividade. 3.8. Princípio da convivência familiar. 3.9. Princípio do melhor interesse da criança.

3.1. Princípios Aplicáveis ao Direito de Família

Os princípios jurídicos, inclusive os constitucionais, são expressos ou implícitos. Estes últimos podem derivar da interpretação do sistema constitucional adotado ou podem brotar da interpretação harmonizadora de normas constitucionais específicas (por exemplo, o princípio da afetividade). No Capitulo VII do Título VIII da CF/1988 há ambas as espécies, particularmente pela especificação dos princípios mais gerais às peculiaridades das relações de familia.

Além dos princípios fundamentais e gerais, há princípios específicos no âmbito do direito de família, aplicáveis a situações determinadas. Por exemplo, o princípio da monogamia, presente na cultura judaico-cristã, não é mais geral, em virtude do fim da exclusividade da família matrimonial, no direito brasileiro. Persiste como princípio específico aplicável à entidade familiar constituída pelo casamento. Todavia, até mesmo em relação ao casamento, esse princípio tem sido atenuado pelos fatos da vida, na medida em que o direito brasileiro tem admitido efeitos de família ao concubinato e às famílias simultâneas; exemplo é o art. 1.708 do

Barra lateral do leitor – Menu: Capítulos

A seção **"Capítulos"** permite que o usuário navegue pelos capítulos do livro. Basta clicar no capítulo desejado, que o leitor será direcionado para a seção selecionada.

Direito Civil X CAPÍTULOS NOTAS MARCADORES

Apresentação

Capítulo I - Família Brasileira: Origens e Dimensões Jurídicas

1.1. Introdução

1.2. Função Atual da Família. Sua Evolução e Perspectivas

1.3. Repersonalização das Relações de Família

1.4. Socioafetividade e Parentalidade

1.5. Constitucionalização das Famílias e de seus Fundamentos Jurídicos

Capítulo II - Direito de Família

2.1. Conteúdo e Abrangência

2.2. Direitos da Criança, do Idoso e da Pessoa com Deficiência

2.3. Evolução do Direito de Família Brasileiro

2.4. Direito Público ou Privado?

2.5. Tipos de Famílias segundo os Fins Legais

CAPÍTULO II Direito de Família

2.1. Conteúdo e abrangência. 2.2. Direitos da criança, do idoso e da pessoa com xia. 2.3. Evolução do direito de família brasileiro. 2.4. Direito público ou 2.5. Tipos de famílias segundo os fins legais. 2.6. Interação com o direito das s. 2.7. Interferências dos outros ramos do direito civil. 2.8. Tutela da privacidade ação famíliar. 2.9. Direito de família intertemporal.

lo e Abrangência

le família é um conjunto de regras que disciplinam os direitos pessoais e as relações de família. Caracteriza-se por ser predominantemente cogente, com ado de autonomia privada.

mente, a doutrina jurídica brasileira, condicionada pela ordem adotada no le 1916, distribuía o conteúdo do direito de família em três grandes partes: a) o onial; b) o direito parental; c) o direito assistencial.

natrimonial abrangia as relações pessoais e patrimoniais entre marido e mulher, samento, os direitos e deveres comuns e de cada qual, a dissolução da sociedade o casamento, os regimes de bens entre os cônjuges. A predominância ou ao casamento, que introduzia o estudo da matéria, decorria do fato de o direito nas admitir como legítima a família assim constituída, remetendo as demais mbito do direito das obrigações, porque eram equiparadas a sociedades de fato. o e o Projeto de CC/2002, elaborados antes da Constituição de 1988, a qual os paradigmas do direito de família, mantiveram essa estrutura e a sequência dos do casamento, apesar dos esforços de adaptação no Congresso Nacional. O

÷ I

Barra lateral do leitor – Menu: Notas

Ao visitar a seção **"Notas",** é possível visualizar todas as anotações realizadas nas páginas do livros, assim como editar essas anotações. Direito Civil X CAPÍTULOS NOTAS MARCADORES mesmo da CF/1988, algumas areas integradas ao direito de família se autonomizaram em legislação própria, a exemplo dos direitos da criança, dos direitos da mulher (principalmente da mulher casada), do reconhecimento da paternidade, do divórcio. Microssistemas jurídicos foram desenvolvidos, com a incidência concorrente de vários ramos do direito sobre a mesma situação

Importante estudar!

jurídica de natureza familiar.

Capítulo II - Direito de Família

:

Relativamente ao direito protetivo, a doutrina sempre teve dúvida de sua necessária inserção nas relações familiares. Diz Pontes de Miranda que, rigorosamente, o direito protetivo não deveria achar-se no direito de família, salvo quando se tratasse de efeito imediato da relação parental (1971, v. 7, p. 171). Andou certo o CC/2002 quando transportou a disciplina da ausência para sua Parte Geral, pois é direito pessoal não familiar. Mas a quarda e a tutela,

Dúvida.

Capítulo III

Princípios do Direito de Família

: 3.1. Princípios aplicáveis ao direito de família. 3.1.1. Princípio da laicidade. cípio da dignidade da pessoa humana e família. 3.3. Princípio da solidariedade 3.4. Princípio da igualdade familiar e direito à diferença. 3.4.1. Direito das s e (direito a) diferença entre os gêneros. 3.4.2. Emancipação progressiva da to direito de família brasileiro. 3.5. Princípio da liberdade familiar. 3.6. Princípio nsabilidade familiar. 3.7. Princípio da afetividade. 3.8. Princípio da convivência 3.9. Princípio do melhor interesse da criança.

os Aplicáveis ao Direito de Família

los jurídicos, inclusive os constitucionais, são expressos ou implícitos. Estes 1 derivar da interpretação do sistema constitucional adotado ou podem brotar da narmonizadora de normas constitucionais específicas (por exemplo, o princípio e). No Capítulo VII do Título VIII da CF/1988 há ambas as espécies, re pela especificação dos princípios mais gerais às peculiaridades das relações de

princípios fundamentais e gerais, há princípios específicos no âmbito do direito plicáveis a situações determinadas. Por exemplo, o princípio da monogamia, pltura judaico-cristã, não é mais geral, em virtude do fim da exclusividade da nonial, no direito brasileiro. Persiste como princípio específico aplicável à liar constituída pelo casamento. Todavia, até mesmo em relação ao casamento, tem sido atenuado pelos fatos da vida, na medida em que o direito brasileiro tem os de família ao concubinato e às famílias simultâneas; exemplo é o art. 1.708 do

Barra lateral do leitor – Menu: Marcadores

Ao visitar a seção "Marcadores", é possível visualizar todas as páginas que foram destacadas pelo usuário. Ao clicar na página selecionada, a BDS irá redirecionar o usuário para aquela página.

Direito Processual Civil Esquematiza... 🗙

CAPÍTULOS	NOTAS	MARCAD
METODOLOGIA E	SQUEMATIZADO	þ
METODOLO	IGIA ESQUEMATIZ	ADO
1. INTRODUÇÃO		
я -		

3. PRINCIPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

> Sem essa distinção, corre-se o risco de extrair da disponibilidade do direito material consequências para o processo civil que, e...

3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL , de imediato, se o processo está ou não apto para o julgamento, o que e um processo é enviado ao juiz para que, em principio, profira decisão alguns dias refletindo sobre o tema e, nesse interim, proferir sentenças em são mais recentemente. Caso ele, ao final, após madura reflexão, decida e não saneà-lo, como pensara de inicio, haverá violação à ordem ável que assim fosse! O problema, que se apresentaria grave se fosse a do art. 12, *caput*, foi solucionado, já que a ordem cronológica não da sempre, ressalvadas as exceções legais, mas apenas em caráter role previsto no art. 12, § 1ª, do CPC estava mais em consonância com a em que a ordem cronológica tinha sempre de ser observada. Com a orrente da Lei n. 13.256/2016, o meio de controle foi mantido, já que a senão em caráter preferencial, podendo haver inversão sempre que haja

ialidade do juiz (juiz natural)

:

², LIII e XXXVII, da Constituição Federal. O primeiro inciso dispõe que em sentenciado senão pela autoridade competente, e o segundo, que il de exceção.

lor se manifesta em dois aspectos: o de conter eventual arbitrio do poder imparcialidade do juiz, impedindo que as partes possam ter qualquer

Barra lateral do leitor - Estilo

A opção "Estilo" possibilita a variações do tamanho da fonte, da cor do fundo e do modo de visualização do texto, para atender a preferência de cada usuário da BDS.



≣

Menu

Q

D



Capítulo III

Princípios do Direito de Família

ncípios aplicáveis ao direito de família. 3.1.1. Princípio da laicidade. dignidade da pessoa humana e família. 3.3. Princípio da solidariedade ncípio da igualdade familiar e direito à diferença. 3.4.1. Direito das to a) diferença entre os gêneros. 3.4.2. Emancipação progressiva da de família brasileiro. 3.5. Princípio da liberdade familiar. 3.6. Princípio de familiar. 3.7. Princípio da afetividade. 3.8. Princípio da convivência cípio do melhor interesse da criança.

áveis ao Direito de Família

cos, inclusive os constitucionais, são expressos ou implícitos. Estes

ultimos podem derivar da interpretação do sistema constitucional adotado ou podem brotar da interpretação harmonizadora de normas constitucionais específicas (por exemplo, o princípio da afetividade). No Capítulo VII do Título VIII da CF/1988 há ambas as espécies, particularmente pela especificação dos princípios mais gerais às peculiaridades das relações de família.

Além dos princípios fundamentais e gerais, há princípios específicos no âmbito do direito de família, aplicáveis a situações determinadas. Por exemplo, o princípio da monogamia, presente na cultura judaico-cristã, não é mais geral, em virtude do fim da exclusividade da família matrimonial, no direito brasileiro. Persiste como princípio específico aplicável à entidade familiar constituída pelo casamento. Todavia, até mesmo em relação ao casamento, esse princípio tem sido atenuado pelos fatos da vida, na medida em que o direito brasileiro tem admitido efeitos de família ao concubinato e às famílias simultâneas; exemplo é o art. 1.708 do

Barra lateral do leitor - Página marcada

A opção **"Página marcada"** possibilita ao usuário marcador/destacar a página que está sendo acessada.



Capítulo III

Princípios do Direito de Família

Sumário: 3.1. Princípios aplicáveis ao direito de família. 3.1.1. Princípio da laicidade. 3.2. Princípio da dignidade da pessoa humana e família. 3.3. Princípio da solidariedade familiar. 3.4. Princípio da igualdade familiar e direito à diferença. 3.4.1. Direito das mulheres e (direito a) diferença entre os gêneros. 3.4.2. Emancipação progressiva da mulher no direito de família brasileiro. 3.5. Princípio da liberdade familiar. 3.6. Princípio da responsabilidade familiar. 3.7. Princípio da afetividade. 3.8. Princípio da convivência familiar. 3.9. Princípio do melhor interesse da criança.

3.1. Princípios Aplicáveis ao Direito de Família

Os princípios jurídicos, inclusive os constitucionais, são expressos ou implícitos. Estes últimos podem derivar da interpretação do sistema constitucional adotado ou podem brotar da interpretação harmonizadora de normas constitucionais específicas (por exemplo, o princípio da afetividade). No Capítulo VII do Título VIII da CF/1988 há ambas as espécies, particularmente pela especificação dos princípios mais gerais às peculiaridades das relações de família.

Além dos princípios fundamentais e gerais, há princípios específicos no âmbito do direito de família, aplicáveis a situações determinadas. Por exemplo, o princípio da monogamia, presente na cultura judaico-cristã, não é mais geral, em virtude do fim da exclusividade da família matrimonial, no direito brasileiro. Persiste como princípio específico aplicável à entidade familiar constituída pelo casamento. Todavia, até mesmo em relação ao casamento, esse princípio tem sido atenuado pelos fatos da vida, na medida em que o direito brasileiro tem admitido efeitos de família ao concubinato e às famílias simultâneas; exemplo é o art. 1.708 do

Busca por palavras chaves

A BDS possui uma ferramenta de pesquisa por palavras chaves dentro dos livros digitais.



Busca por palavras chaves

Buscar no livro	×	
← falta de controle de abastecim	nento ×	
Resultados da busca 2-2		
Rede Log%c3%adstica de Retorno (r	Página 3	
b)Incerteza e <mark>falta de controle de</mark> <mark>abastecimento</mark>		
1. Rede logística de retorno: planej	Página 29	de retorno: planejamento e recursos
Incerteza e <mark>falta de controle de</mark>		
abastecimento		
		unrimentos

Retorno a galeria da BDS

Ao clicar na opção "Voltar", o usuário será redirecionado a galeria de obras BDS, onde poderá navegar pela estante de livros.



Periódicos

A BDS oferece uma curadoria de diversos links de periódicos feita por especialistas da Saraiva. Neles, os usuários encontrarão diversos artigos, resumos e resenhas publicadas por e para a comunidade acadêmica.



Usuários com restrição de visão

Recomendamos a utilização do leitor **NVDA** para usuários com restrição de visão.

NVDA lê automaticamente tudo o que o cursor do mouse aponta e pode ser utilizado também para leitura de livros digitais da Biblioteca Digital Saraiva.

Link para instalar: https://nvda.softonic.com.br/?ex=BB-1857.3





